

Resultados da Auscultação do Comité de Gestão de Recursos Naturais no distrito de Buzi em Guara Guara.



Produzido: Carlota Inhamussua e Herik Silvestre

Beira, Janeiro de 2015

## 1. Introdução

A ADEL - Associação para desenvolvimento Económico Sofala em parceria com a MULEIDE, Associação Mulher Lei e Desenvolvimento, no âmbito das acções do projecto de Fortalecimento dos Comités de Gestão de Recursos Naturais, os (CGRN) são locais de participação comunitária, para assegurar a protecção dos recursos naturais, assim como interceder para que os benefícios dos recursos naturais arrecadados em suas comunidades os 20% possam recair em benefício de suas comunidades. Antes da implementação do projecto, foi realizada a auscultação de alguns comités a nível da Província de Sofala.

Em Outubro de 2014, no distrito de Guara Guara, foram auscultados 2 grupos, entre estes um era constituído por membros do comité de Gestão de Recursos Naturais, e outro de estudantes da Escola Secundaria de Guara Guara. Num primeiro momento, o grupo constituído por membros de CGRN, foi auscultado em dois momentos, um todos conjuntamente e noutra momento foi dividido por sexo, esta divisão por sexo resultou pelo facto de durante a discussão as mulheres não falarem abertamente. O grupo de estudante também estava composto por estudantes de ambos sexos e professores. Em Dezembro foram auscultadas outros comités e associações que se juntaram nas instalações da ADEL-Sofala na cidade da Beira.

Os tópicos que guiaram a auscultação foram norteados por 3 objectivos:

- Analisar o nível de Conhecimento sobre os Direitos Humanos e Relações de Género
- Analisar a participação da mulher nos comités de Gestão de Recursos Naturais.
- Desenhar uma perspectiva de IEM- para integrar as questões de empoderamento sobre direitos humanos e relações de Género.

## 2. Principais Resultados

### I. Conhecimento sobre Direitos humanos

- **Participação em algum debate sobre os direitos humanos da Mulher?**

Em relação ao conhecimento sobre os direitos humanos da mulher, para estas, direito humano está ligado a realizar o que as famílias desejam, haver harmonia entre as famílias. Os homens de igual modo, consideram direitos humanos das mulheres, a obediência as normas costumeiras e no caso em que as mulheres exercem ou usam os seus direitos são consideradas rebeldes excluídas da preferência e convívio familiar e comunitário.

A tomada de decisões esta ligada as normas sociais estabelecidas, o espaço de opinião da mulher é restrito, as suas ideias não são valorizadas e nem se fazem sentir nas decisões “ *quando há uma reunião a mulher não pode dizer nada, só concorda com o que o homem diz, foi assim que fomos*

*ensinadas*”. Ainda que estas sejam consultadas, a consulta a mulher apenas é feita para justificar a presença da mulher no grupo (efeitos quantitativos).

- **Conhecimento de direitos na família/Comunidade?**

Uma parte das mulheres, refere que goza de seus direitos na família, porque elas e o marido tornaram-se família e há respeito. Estas ligaram a ausência de violência baseada no gênero com atender bem a família do outro haver harmonia entre as duas famílias, também percebemos que elas não entendem a violação de direitos humanos.

Segundo os participantes, eles fazem tudo que respeita os direitos da Mulher, explicou um participante dizendo:” *eu tenho mulher ela tem que cumprir com o que eu quero. A casa é minha ela tem que obedecer as minhas ordens*“ outros homens do grupo concordaram com isso. Tanto as mulheres como os homens tem mesma percepção que a submissão da mulher ao machismo são um direito e assim a mulher, tem direitos e deveres diferentes do homem.

## **II. Participação das mulheres nos comités de Gestão de Recursos humanos.**

- **Participação /contribuição da mulher na gestão dos recursos naturais e economia do distrito?**

A participação das mulheres na gestão dos recursos naturais e económicos do distrito, as mulheres afirmam que participam, mas quando perguntadas sobre os resultados das propostas destas. Foi possível perceber que estas estiveram presentes no local do debate e podem ter dado alguma contribuição mas, esta afirmação constitui uma ironia, porque fica perceptível que suas contribuições foram anuladas pela perspectiva masculina, porque os homens na sua abordagem já mostram que o lugar de participação e decisão não são espaços da mulher assim afirmam os homens ” *A casa é minha ela tem que obedecer as minhas ordens*” neste cenário não pode haver espaço para mulher.

A maioria dos homens apresentaram uma atitude machista, pois pensam e agem sem darem espaço de opinião a estas por considerarem que as mulheres não são donas de nada, apenas prestam cuidados a família” quando perguntados se dialogavam com as esposas em casa sobre a planificação familiar? Os homens afirmaram que “*não*”, *não preciso de consultar sobre o que deve ser feito*, “ *eu dou o que posso*”, a partir desta questão pode-se compreender que não há inclusão da mulher na planificação. **Assim levantamos a seguinte questão:** Havendo ausência desta pratica a nível familiar, **será que o homem quando esta nos comités e associações incluiu a participação da mulher na planificação?** Se recorremos da abordagem feminista citada por ARTUR:2007<sup>1</sup>, “ *estas formas de convivência que aconteceram durante anos, por mais que as mulheres sejam promovidas os critérios masculinos são ainda predominantes*”, a

---

<sup>1</sup> **ARTUR:** Maria José, Memórias do Activismo”pelos direitos humanos da mulheres, Wlsa Mocambique, Maputo-2007

noção da participação das mulheres ainda esta camuflada entre a resposta de um sistema masculino, podendo se concluir que falar de plano conjunto entre homens e mulheres sobretudo nas comunidades rurais ainda pode ser teórico.

- **Envolvimento da mulher na discussão do plano económico do distrito?  
Conhecem os documentos legislativos?**

Neste ponto, notou-se que este assunto é pouco conhecido pela comunidade. Os que conhecem o assunto são as pessoas que fazem parte das organizações/associações responsáveis pela gestão dos recursos naturais e económicos no distrito.

Pelo que os participantes invocaram, referem existir um plano de discussão do plano económico mas ainda há muita falta de conhecimento e de exercício de auto estima, receios, de fazer o que é direito junto das instituições.

Falta de plano económico esta ligado por um lado a exclusão da mulher nos processos de gestão financeira, os homens e mulheres mostraram que socialmente esta construído e que quem faz a gestão de economia são os homens.

#### **Utilização do dinheiro ( 20%) na comunidade e processo de tomada de decisões?**

Segundo o presidente de uma das associações as decisões são tomadas mediante as dificuldades da comunidade. Mas quando explorada como é feito o processo de tomada de decisão, ficou patente que as decisões consideradas são masculinas, os homens individualmente ou mesmo em grupos de associações onde existam mulheres, a opinião ou propostas das mulheres não são consideradas, havendo assim muitas respostas de projectos que não espelham as expectativas das mulheres.

- **Conhecimento da existência dos recursos (carvão, lenha, seriais e outros), que são vendidos, e da devolução dos 20% desse valor para a comunidade, pelas mulheres?**

Neste ponto a maior parte das mulheres sabem da existência do valor, mas não tem informações suficientes para adesão do mesmo, e as que tem, se deparam com várias dificuldades, primeiro porque na comunidade as mulheres não devem fazer determinados trabalhos e conhecer determinados assuntos” *nos mulheres, algumas coisas não podemos fazer mesmo com escolaridade, porque são coisas que devem ser feitas pelo homem*” , a questão de limitação do conhecimento acende a questão do saber ler e escrever, as afirmações das mulheres, mostram que mesmo alfabetizadas por questões culturais poderiam não ter de tocar no assunto. Assim pode se considerar que a falta de escolaridade, alfabetização deve ser tomada em consideração, mas em paralelo deve ser reavaliada a introdução das questões de Género.

- **Acesso aos 20% retornados pelo Estado?**

Este comitê oscultado ainda não recebeu o valor, mas também o mecanismo que esta usar como preparo procedimento para usar a quanto da recepção, não inclui padrões de valorização da mulher e fraco conhecimento dos mecanismos e uso do valor (procedimentos legais)

- **O que foi feito com esses 20%?**

Sem resposta, porque não houve aquisição até então.

- **As mulheres foram consultadas? O que elas apontaram como necessidades?**

Sem resposta, porque não houve aquisição até então.

- **Problemas que as mulheres gostariam de ver resolvidos no distrito, com os 20%?**

Como as mulheres de muitas comunidades, as mulheres de GUARA-GUARA e dos repensáveis da outros comitês e associações não são diferente, estas se queixam de falta de furos de água e Posto hospital, devendo para tal ter que percorrer longas distâncias para satisfazer essas necessidades.

Para além dos problemas que estas pronunciaram, resultante da discussão que se acendeu durante a auscultação, pode se referir que as mulheres têm o problema ligado as regras sociais que lhes limita a participação, que é a educação para conhecimento de direitos humanos.

## **II. Desenhar uma perspectiva de IEM- para integrar as questões de empoderamento sobre direitos humanos e relações de Género.**

- **O que as mulheres gostariam que fosse feito se tivesse dinheiro para resolver?**

- Construir Hospitais, com maternidades

- Aberturas de furos de água;

- Transportes

**Tem acesso a alfabetização, quantas mulheres sabem ler e escrever?**

### **Educação**

Quando entrevistados os homens, apenas 1 disse que a mulher sabia ler e escrever e os restantes que não tinham pensado ainda em levar as suas esposas a uma instituição de alfabetização.

No seio das mulheres submetidas ao inquérito poucas tinham acesso a ela (alfabetização) e menos de 10% sabia ler e escrever, é importante referenciar que a questão do saber ler e escrever (analfabetismo) contribuem em *parte* para as mulheres serem discriminadas, mas também as mulheres mostraram no debate que também as mulheres alfabetizadas obedecem as regras sociais exigidas as mulheres nas famílias e comunidades. Usando este pretexto, podemos anotar que a

ainda que haja necessidade de introdução de alfabetização, esta tem incluir pacotes de conscientização sobre direitos humanos.

#### **IV. Principais conclusões**

- Há um Fraco conhecimento dos direitos humanos das mulheres, entre nos homens e mulheres, tanto os homens e mulheres não conhecem os conceitos de direitos humanos, para estes os deveres costumeiros constituem direitos humanos.
- Resultante uso de relações de género (machistas-patriarcais ), verifica se uma fraca participação da Mulher nas ações do CGRN, a participação da mulher não so impedida pelos factores de conhecimento destas do conceito de direitos humano, mas tambem porque o sistema todo age de forma masculina os homens e instituições tambem agem obrigando a mulher a ser como a tradição exige.
- Ausência de jovens e em particular a jovem Mulher estudante no espaço de dialogo do Comité de Gestão de Recursos Naturais.
- Ausência de conhecimento da existencia dos 20% por mulheres que não são membros dos comités .
- Espaço de auscultação sobre a aplicação dos 20 % ainda são de dominio de um grupo menor.
- Fraco conhecimento, dominio e aplicação da legislação para acesso aos 20%.

#### **Proposta:**

##### *Acções*

- ✓ Formar clubes de defesa dos direitos humanos e da mulher “relações de género” dentro dos CGRN nos distritos onde a ADEL trabalha com CGRN;
- ✓ Capacitar pelo menos dois membros (homens e mulheres) envolver os jovens de cada comité de gestão de recursos naturais, em matéria dos direitos humanos e da mulher.
- ✓ Implantar grupos de alfabetização nos CGRN.

##### *Actividades*

- ✓ Desenvolver actividades de sensibilização que visam difundir a questão dos direitos humanos e da mulher “relações de género” em paralelo com as actividade dos CGRN.
- ✓ Incentivar a Denuncia da Violência do Género  
Realizar campanhas sobre a importância da alfabetização da mulher para desenvolvimento da sociedade, incluir temas de Direitos Humanos o empoderamento económico de forma favorecer a sua autonomia.